

«O erro é a desgraça dos ignorantes; a mentira é disfarce de envidedidos; a hipocrisia é suplício de lacaios. Somente o homem culto, digno e firme tem confiança na verdade».

J. INGENIEROS

ANO XXVI 1-12-77
(Preço avulso: 5\$00) N.º 651

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Mata, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO
José Maria da Piedade Barras

Redação e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 6 25 36 LOULÉ

A Voz de Loulé

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

SAUDAÇÃO

Um quarto de século ao serviço de Loulé

A PROPÓSITO DO ANIVERSÁRIO DE «A VOZ DE LOULÉ»

FIRMEZA DE PRINCÍPIOS

O 1.º de Dezembro é data festiva para os portugueses — porque se comemora o dia da libertação do jugo filipino.

Cientes do simbolismo da data e amantes da História Pátria, de 8 séculos de existência, escolhemos-la para iniciar (a 1 de Dezembro de 1952) a publicação de «A Voz de Loulé», concedendo assim à terra louletana o privilégio de ter de novo a sua «voz».

Dávamos assim continuidade a uma tradição de jornalismo amador/familiar e púnhamos termo a um silêncio de muitos anos em que Loulé esteve sem órgão próprio de imprensa.

Regressados à terra natal, após 20 anos de ausências da vida, vemos encontrar no Dr. Jaime Rua e Raul Pinto, dois homens dispostos a nos ajudarem a concretizar um sonho: dotar Loulé do seu próprio jornal.

Grande entusiasta por tudo o que aqui se fizesse para engrandecimento da sua terra, Raul Pinto deu à «Voz de Loulé» o melhor do seu esforço e boa vontade, revelando a força dum bairrismo que, nem mesmo agora, nos esquivamos realçar. Trabalhar por Loulé era a sua paixão. Vê-

-la progressiva e enaltecidamente era a sua felicidade. Lutador incansável pelo progresso da sua terra, ainda hoje é capaz de vibrar com os sucessos que a prestigiam. É por isso que, 25 anos depois, não podemos esquecer quem nos ajudou a fundar este jornal, nele (continua na pág. 6)

Ao festejar as suas Bodas de Prata, «A Voz de Loulé» dirige uma saudação calorosa e muito especial a todos os seus dedicados assinantes e leitores residentes no estrangeiro, recomendando-lhes fé no futuro da nossa Pátria comum.

Ela precisa da vossa ajuda preciosa e compreensão para que se não afunde na lama pestilenta de uma nova ditadura, que definitivamente impediria o vosso regresso ao velho Portugal, que, hoje, mais do que nunca, precisa de manter a sua identidade, de ostentar a sua bandeira bicolor e de entoar um hino que é genuinamente nosso — símbolo da nossa independência como Nação livre e unida.

XXV ANIVERSÁRIO de «A Voz de Loulé»

Perfaz hoje, justamente, na data da presente edição (1 de Dezembro de 1977), 25 anos exactos que este semanário saiu pela primeira vez a público.

Atinge assim o seu meio jubileu e um quarto de século de existência, como genuíno porta-voz louletano e propagandista dos seus vernáculos in-

teresses e das suas legítimas aspirações.

Perante o significado da efeméride não deve, quem subscreve estas linhas (na qualidade de recente redactor e colaborador, portanto), esquecer-se a comentar o facto, ainda que em aligeirada resenha.

Começará pois por aduzir, como reflexão, que 25 anos na idade de uma pessoa não bastam para afirmar que ela alcançou a sua plena maturidade, mas, tal asserção não é apli- (continua na pág. 6)

A Biblioteca Municipal de Loulé carece de instalações mais condignas e adequadas

Loulé como sede de um dos mais vastos e não dos menos expressivos concelhos do País, tem compreensivamente e justificadamente, sob a sua alcada, responsabilidades e atributos imanentes que devem ser olhados com a ponderação que merecem e dentro do consenso autárquico e da

escala de valores em que se enquadram.

Recaem, precisamente, devido aos factores muito superficialmente aludidos, sobre o seu Município, variadíssimas incumbências algumas das quais, embora superadas exaus-

(continua na pág. 3)

comissões de inquérito (do Governo, TAP, Bélgica e «Boeing») dirigiram-se ao local.

Em face à amplitude da trágica ocorrência os edifícios públicos içaram durante três dias, a meia-haste, a bandeira nacional, de conformidade com a decisão tomada pelo gabinete do primeiro-ministro.

Alii, nas proximidades do campo de futebol do Louletano e do aglomerado habitacional dos magistrados da comarca, estão a erigir-se algumas construções que têm provocado certa curiosidade pública.

Indagamos da sua natureza e finalidades e viemos a apurar de que (continua na pág. 6)

IMAGENS DA NOSSA TERRA

ENTRE A TOR
E QUERÊNCIA,
A BELEZA
DA PAISAGEM
OFERTA-SE
COM GENEROSI-
DADE
À APRECIAÇÃO
DE QUEM AMA
A NATUREZA



A IMPRENSA REGIONAL NA HORA DA VERDADE

À Imprensa Regional cabe uma missão: a de simultaneamente com a defesa da cultura do nosso povo, fazer o ensino pedagógico da democracia

Os cerca de seis milhões de exemplares de tiragem por mês atribuídos à imprensa regional apontam para uma realidade esquecida e que, no entanto, marca este País, nos seus espaços humanos. Enquanto nos centros como Lisboa e Porto o jornal

veicula as notícias do dia a dia e procura rondar os grandes aconteci-

mentos e os bastidores onde eles nascem a vida na província prossegue com os seus problemas específicos e sem que estes tenham reflexo na chamada grande Imprensa. Esta secunda-

(continua na pág. 2)

Método de compilação das lendas seguido pelo Dr. Francisco Ataíde

(Ver pág. 4)

AOS NOSSOS LEITORES

Quem coleciona «A Voz de Loulé» poderá reparar que as gralhas tipográficas têm rejuvenescido este jornal: no seu cabeçalho já figuraram 23 anos de existência, depois 22 e, desde Dezembro de 1976, passou a 21 anos.

A verdade é que, de facto, são 25 anos de vida e por isso «A Voz de Loulé» festeja hoje as suas «Bodas de Prata».

No primeira página, logo por baixo do título deste jornal, onde se lê ano XXI, deve ler-se, portanto, a partir deste número, ANO XXVI.

A Imprensa Regional na hora da verdade

(continuação da pág. 1) rização, a nível de noticiário, do que ocorre fora das grandes cidades não dão, apenas, especificidade à Imprensa regional. Dá-lhe força, uma vez que é só aí que as populações do interior encontram proclamados os seus interesses e aspirações. Poderá dizer-se que o divórcio que sempre existiu entre o litoral e as regiões interiores do País também tem sido uma realidade em matéria de comunicação social.

Os jornais de província, olhados quase sempre como uma espécie de Imprensa de segunda, vivem na sua modéstia informativa, mas vivem, porque essa modéstia tem a mesma dimensão dos meios sociais, económicos e culturais em que se publicam.

O que isso envolve de limitações e condicionamentos materiais encontra explicações na macrocefalia de cidades como Lisboa. No entanto e apesar da feição artesanal que caracteriza a Imprensa da província, aquela representou, recentemente, um papel de forte transcendência política e precisamente quando era atacada de todos os lados nos grandes órgãos de Informação. Rádio e TV incluídas. No momento em que a Imprensa já liberta da censura oficial mas ferreamente peada por grupos de pressão de caráter político via a sua liberdade ameaçada, foram os jornais de província quem escreveu livremente, proclamando o que sentiam e manifestando um generalizado fenômeno de rejeição por tudo o que punha em risco, entre nós, o processo democrático.

Na história do pós-25 de Abril feita não pelos historiadores do presente (o que não pode em dúvida a sua preocupação de objectividade) mas pelos historiadores de amanhã, a Imprensa regional há-de figurar como um dos marcos de resistência às pressões de pendor totalitário que então se verificaram. O seu grande mérito foi não ter medo e manifestar, desde logo, uma clara alergia a todos os chavões pseudo-revolucionários que foram para muitos uma grilhetaria que os impediu de se expressarem livremente. Precisamente na altura em que foi mais atacada é que essa Imprensa se apresentou mais livre. Nem é de admirar. Ela reflectia toda uma tradição entrinhada no povo e repelia todos os arremedos de verdade e de justiça que se pretendiam fazer em nome desse mesmo povo. Com mais exactidão poderá afirmar-se que ela exerceu, sobretudo, um papel de defesa. E aí o largo crédito que conquistou é inegável e nunca será desmentido por muitos daqueles que, então, procuravam uma liberdade que lhes fugia.

VENDE-SE PROPRIEDADE

Com casas de habitação a 2 Km de Loulé.

Informa D. Garcete Cristina na R. Manuel Belmário, 17 — FARO.

(3-2)

APARTAMENTOS



Vendem-se com 3 e 4 assoalhadas de luxo. Bloco em construção na Urbanização Expansão Sul, lote B (saída para Faro).

MANUEL RICARDO M. DA SILVA & C. LDA. — Construção de edifícios para venda em propriedade horizontal.

Escritório e residência na R. dos Combatentes da Grande Guerra, 56 — Telef. 62449 — LOULÉ.

OTELO de triste memória

Presentemente, e estabelecida uma significativa plataforma democrática, verifica-se que, por parte de alguma dessa Imprensa, prossegue a mesma dissidência relativamente ao actual contexto político. O que não deve ser julgado aprioristicamente. No entanto, e aqui está o perigo, isso é, em alguns casos não já a defesa de um património popular mas o imobilismo que já se revelava antes de 25 de Abril. Aqui, há, assim, um função pedagógica que não entra em funcionamento e que devia entrar. Cabe à Imprensa regional equacionar o passado com o presente não julgando este exclusivamente pelas suas falhas humanas e processuais mas, sobretudo, pelos valores que ele transporta de liberdade, de justiça, de respeito pelas pessoas e pelas instituições e pelo esforço de enquadramento total numa Europa civilizada e progressiva.

A descentralização do País que começa a ter expressão nas autarquias locais, ao ritmo em que estas se tornam mais conscientes, exige uma Imprensa regional economicamente viável e progressivamente evoluída. A crise actual que afecta os órgãos da Informação escrita reparte, também, as suas dificuldades pelos jornais de província. Embora estes tenham sempre vivido fortemente condicionados por várias carências, não deixam, no entanto e apesar da sua experiência de auto-limitação de meios, de acusar o peso da presente crise. Não obstante, uma redução significativa da Imprensa regional não seria suficientemente compensada por uma expansão da Imprensa diária de Lisboa e Porto. O País interior é fortemente influenciado pelos semanários que aí se imprimem os quais dispõem ainda de uma força emocional narrativa além-fronteiras, junto dos emigrantes. Esquecer esta realidade ou pretender substituí-la, em vez de a fazer evoluir, seria uma visão desambientada e irrealista porque esqueceria que aqueles que fazem as folhas regionais vivem no mesmo espaço humano e geográfico onde os problemas se levantam.

Há jornais de província que acompanharam as diferentes fases políticas do País, algumas anteriores a 1910. Constituem, por isso, pela sua intervenção na sociedade de cada época e ainda pelo valor documental que representam um elemento necessário para se reconstituir a história de cada concelho. São estas razões mais do que bastantes para que a Imprensa regional mereça, em termos materiais, a ajuda de que precisa, não só com os já anunciados subsídios do Governo para a aquisição de papel como com uma urgente redução das despesas de porte para o estrangeiro, onde o número de leitores é grande entre os nossos emigrantes. Se tais aspectos não forem contemplados relativamente a esta Imprensa (e os 40 mil exemplares exigidos para os grandes semanários são aqui escassos milhares mas de leitura garantida), uma coisa acabará por acontecer; a liberdade de informação, à escala regional, nem sequer chegará a ter os seus suportes materiais.

Pacheco de Andrade
(do «Diário de Notícias»)

PONTES & PONTES, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

CERTIFICO, para efeitos de publicação, que por escritura de 18 do mês corrente, lavrada de fls. 39, v.º a 40, v.º do Livro n.º C-97, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Francisco Sousa Pontes, Maria Luísa Pontes e Maria Luísa Amaro Pontes, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primo — A sociedade adopta a firma de «Pontes & Pontes, Limitada», tem a sua sede no Largo das Cortes Reais, rés-do-chão, sem número, da povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

Segundo — O seu objecto consiste na comercialização de combustíveis e na indústria e comércio de fabricação de gelo, podendo explorar qualquer outro ramo de negócio, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

Terceiro — O capital social inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é do montante de trezentos mil escudos e está dividido em três quotas iguais de cem mil escudos, pertencendo uma a cada sócio.

Quarto — 1. A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelos sócios Francisco Sousa Pontes e Maria Luísa Pontes, desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração conforme for determinada em Assembleia Geral.

2. Os sócios gerentes poderão delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência, por meio de procuração, em quem entenderem.

3. Para obrigar validamente a sociedade é necessário e suficiente a assinatura de qualquer sócio gerente ou seu procurador.

4. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e em quaisquer outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — A cessão de quotas entre os sócios, no todo ou em parte, é livre; — a estranhos fica dependente de prévio e expresso consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência, em primeiro lugar e a cada um dos sócios, em segundo.

Sexto — Quando a lei não exija outras formalidades, as reuniões da Assembleia Geral serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de oito dias.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 22 de Novembro de 1977.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

A Voz de Loulé, n.º 651 de 1-12-77

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOULÉ

Anúncio

(2.ª publicação)

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOULÉ

Anúncio

(2.ª publicação)

No dia 14 do próximo mês de Dezembro, pelas 10 horas, no Tribunal Judicial da comarca de Loulé, nos autos de acção especial de venda de penhor n.º 89/76 que corre termos pela 1.ª secção deste Juízo, em que é Autor o Banco Português do Atlântico e Réss Norwest Holst (Portugal) Urbanização Imobiliária do Algarve, Lda., sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Aldeia do Golf, Vilamoura — Quarteira, e Cristina Maria Palma de Bivar Branco, solteira, actualmente em parte incerta e com a última residência conhecida na rua Jorge Raposo, em Beja, há-de ser posto em praça pela 1.ª vez, para ser arrematado ao maior lance oferecido acima do valor que adiante se indica, um prédio urbano térreo, destinado a habitação, sito na Aldeia do Golpe, em Vilamoura, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, casa H-3, descrito na Conservatória do Registo Predial de Loulé sob o n.º 36 203, a fls. 155 do Lv.º B-92 e inscrito na respectiva matriz sob o art.º n.º 2 026, inscrito em nome da Ré Cristina Maria e que irá à praça no valor de 408 000\$.

Loulé, 12 de Novembro de 1977.

O Juiz de Direito,
a) Mário Meira Torres Veiga
O Escrivão de Direito,
a) João do Carmo Semedo

ESCOLA DE CONDUÇÃO LOULETANO, LDA.

LOULÉ

O sócio MANUEL DIONÍSIO MADEIRA, cede 20% da sua cota nesta sociedade.

Tratar com o próprio — Telefone 62302 — LOULÉ.

O Juiz de Direito,
a) Mário Meira Torres Veiga

O Escrivão de Direito,
a) João do Carmo Semedo

J. Luís Brito da Mana

ADVOGADO

ESCRITÓRIOS:
Rua de Santa Justa, 82-1.º
Telef. 321505 — LISBOA

Rua da Trindade, 12-1.º-Esq.
Telef. 24505 — FARO
(4-1)

António Aleixo — DE MEMÓRIA IMPERECÍVEL

A 16 de Novembro de 1949, faleceu em Loulé, António Aleixo. Já lá vão 28 anos!

Contudo, como muito bem diz Joaquim Magalhães sob a epígrafe «actualidade viva de um poeta morto», que serve de prólogo a «Este Livro que Vos Deixo» (da autoria do genial e popular Vate), «o poeta está, afinal mais vivo, hoje, do que enquanto andou por este mundo».

Metaforicamente, assim é.

Sem dúvida alguma, a obra do poeta, que em vida passou quase anónima e apagadamente, conhece agora profusa divulgação e não raro as suas quadras, recheadas de sabedoria, são citadas e declamadas com uma profusão que espelham a extraordinária voga e admiração que grangearam do consenso público.

Dizer somente isto será pouco, do muito que ofereceu António Aleixo...

As suas verdades rimadas, soam agora como mensagens bem adivinhas e compreensíveis, pois que falam a humana linguagem da actualidade.

Aqui assinalamos a data do seu

passamento, como igualmente sublinhamos, em referência muito breve, o seu legado de inextinguível vitalidade espiritual.

António Aleixo nasceu poeta, permaneceu poeta toda a vida, mesmo poeta para além da morte, embora a sua arte com ele, enquanto mortal, tenha perecido.

Por isso António Aleixo tem razão quando afirma:

A arte é força imanente
não se ensina, não se aprende,
não se compra, não se vende,
nasce e morre com a gente.

J. C. Viegas

O LOULETANO ainda será uma agremiação desportiva?

Sr. Director de «A Voz de Loulé». Esperamos que se digne publicar esta elucidativa carta no jornal que é admirado por todos os verdadeiros democratas.

Com muito pesar decidimos fazer um pequeno comentário às atividades de um clube que foi nosso, mas que parece que actualmente, anda sofrendo dos gélidos ventos e arrepiantes da Sibéria.

Como já deve calcular trata-se do LDC (Louletano Desportos Clube) agremiação desportiva conhecida como um clube respeitado devido às suas antigas direcções, mas que hoje está voltado a uma duvidosa actividade desportiva.

CASA DE ARTIGOS REGIONAIS

TRESPASSA-SE

Por motivo à vista, trespassa-se o estabelecimento de artigos regionais «Casa Tia Anica», localizado em Vale da Venda (estrada de Faro) próximo da Sumol.

Tratar com Maria Gabriele Brito Martins — Largo João XXIII, 27-1.º — LOULÉ.

(10-6)

ACEITAM-SE ESCRITAS

Contabilista competente aceita e executa escritas em regime de «part-time».

Informa-se na R. Eng. Duarte Pacheco, 60-1.º, Dt.º, LOULÉ ou nos escritórios deste jornal.

FIRMINO BOTA GALVÃO

Proprietário da DROGARIA GALVÃO

QUATRO ESTRADAS

Participa a todos os seus amigos que acaba de abrir o seu estabelecimento de Drogaria, Ferragens, tintas, Materiais de Construção Civil, agradecendo antecipadamente a gentileza de uma visita, contribuindo assim para o progresso desta zona.

Sítio das QUATRO ESTRADAS — Telef. 62979 —

PARA AS FESTAS QUE SE AVIZINHAM

PREFIRA O

BOLO-REI DA LOULEPÃO

O MAIS SABOROSO
O MAIS ATRAENTE

PROVE O BOLO-REI DA LOULEPÃO

Contacte connosco pelo telef. 62019

LOULÉ

Premiado
em concurso
de «O Dia»
visita o Algarve

Como prémio do concurso «Estrelas de Portugal» promovido pelo jornal «O Dia», permaneceu alguns dias no Algarve, acompanhado pela esposa e sr. Joaquim Subtil da Luz de Mora.

Havendo-se instalado no Hotel Faro, na capital algarvia, deslocou-se a vários locais de interesse histórico e turístico da região.

A Comissão Regional de Turismo do Algarve distinguiu-o com várias lembranças regionais.

NOTÍCIAS PESSOAIS

PARTIDAS E CHEGADAS

Após ter estado em gozo de férias no Algarve regressou à Austrália o sr. Florival Fernandes Gonçalves, que se fez acompanhar de sua esposa sr. Irene Custódia Luisa e de sua filha Maria José.

FALECIMENTO

Em casa de sua residência no Areeiro (Loulé) faleceu no passado dia 5 de Novembro o sr. António da Palma Nunes, que contava

73 anos de idade e deixou viúva a sr.ª D. Maria das Dores de Brito.

O saudoso extinto era pai das sr.ªs Noélia de Brito Nunes, casada com o sr. José Nunes Pires, D. Otília da Palma Brito, casada com o sr. José Nunes Bento, D. Vitória de Brito da Palma, casada com o sr. Francisco Viegas Leal e era avô do sr. Jesuíno de Brito Pires, casado com a sr.ª D. Arménia Neto de Brito, residentes na Venezuela e de Ansénio Brito Pires e Epitácio Leal de Brito.

Deixou 3 bisnetos.

A família enlutada apresenta sentidas condolências.

A BIBLIOTECA MUNICIPAL DE LOULÉ

(continuação da pág. 1)
tivamente pelo corpo executivo, não têm podido ser ultimados em face à falta de meios técnicos e materiais que os garantam e patrocinem.

Endémicamente, o Município de Loulé, para além das incompreensões de que tem sido alvo (referimo-nos a certos gabinetes estatais), sofre as consequências da magreza e insuficiência de verbas que lhe são atribuídas e que nunca chegam, dada a exiguidade, para fomentar na integra um sobreencarregado plano de trabalhos e acção e contemplar um leque de problemas, adiado de ano para ano, em detrimento dos gigantescos interesses públicos reclamados pelas freguesias e povoações adstritas.

Sabemos, portanto, com efeito, que são muitas as dificuldades que manietam o Município de Loulé, e tolhem inclusivamente a sua determinação. Aqui o frisamos sem reticências, única e simplesmente, em abono da verdade.

Não obstante, sem que com isto pretendamos tecer qualquer crítica depreciativa, propomos-nos abordar um assunto que nos parece pertinente, posto que a época actual em que nos inserimos apresenta novas exigências que reclamam suplementares empenhos e devotamentos, tal o caso peculiar da cultura, que também, de algum modo está ligada às atribuições camarárias.

De referir, assim, ao papel confiado à Biblioteca Municipal de Loulé, cuja missão a desempenhar, transcende o modestíssimo e apagado contributo até aqui por ela oferecido.

Preliminarmente, passemos em revisão as condições em que funciona, até porque estas têm muito a ver com a sua função que se não deve confundir apenas e exclusivamente, à distribuição e empréstimo de livros avulso.

Ora a actual biblioteca Municipal, está albergada numa diminuta divisória (talvez cubículo), mais do que acanhado, situado no rés-do-chão dos Paços do Concelho, e em contacto directo com a rua.

Devido à reduzida superfície que ocupa, dá a impressão, à primeira vista, de que abriga mais obras literárias do que na realidade contém.

O seu magro espaço, salvo os corredores que intercalam e distanciam as estantes entre si, dá lugar apenas a duas secretárias, uma destinada ao serviço de bibliotecário e outra para os leitores ocasionais.

Acontece, em via de regra, também, que os frequentadores mais juvenis não guardam o silêncio ou a moderação conveniente a locais onde tais comportamentos deveriam constituir norma habitual.

Por outro lado, o seu horário diário é bastante restrito. Duas horas apenas, entre as 18 e as 20 horas, é quanto se traduz o tempo em que as suas portas estão descerradas.

Fica assim, quem transpõe os seus umbrais, com a ideia feita e errónea de que está em presença de um depósito de livros em vez de uma biblioteca...

Claro que não ousamos colocar em dúvida o seu significado e como «biblioteca» temos de a considerar, muito embora, convém sublinhar lhe faleçam condições peremptórias e convincentes.

Perante estes condicionalismos e limitações, ocorre-nos apresentar à boa atenção camarária uma sugestão.

Em razão dos préstimos advenien-

tes das bibliotecas, adicionadas às instâncias de culturação que se desenham, julgamos que se devem escolher outras acomodações, assim como horários mais amplos de funcionamento, agregando-se ao seu recheio, em grande parte oferecido pela Fundação Calouste Gulbenkian, novas obras e arquivos históricos que noutras dependências camararias, e sem proveito algum (para os estudiosos que sempre os há), estão voltadas à clandestinidade e ao completo ostracismo.

Mais precisamente e pormenorizando um pouco, a Biblioteca Municipal acusa-se a nosso ver, dos seguintes óbices:

— Falta de instalações mínimas apropriadas, devidamente compartimentadas, que, independentemente dos arquivos, contenham uma condutiva sala de leitura guarneida de mesas para os leitores, porventura interessados na consulta de obras cujo valor e raridade interditem a sua saída para o exterior;

— Horário muito exiguo a solicitar a ampliação de um horário mais amplo de molde a não só satisfazer a procura de novidades literárias, como a encorajar a gosto pela leitura;

— Reduzido incremento aquisitivo, possivelmente relacionado com a carência de prateleiras e espaço para arrumos de novos «stocks» bibliográficos;

— Inexistência de um arquivo ordenado de documentação antiga que, segundo nos disseram, possui interesse histórico.

Para o último óbice, antes que a degradação imposta pelo tempo acabe por destruir este curioso espólio antigo, preconizamos, paralelamente à criação de novas instalações (a implantar por exemplo na ex-escola comercial, mesmo provisoriamente) o preliminar inventário de todos os documentos, respectiva ordenação e classificação antes de o colocar à disposição do público nele interessado.

O nosso alvitre, dirigido à edilidade louletana, aqui fica consignado na esperança de que encontre eco favorável e prestativo no sentido de que, das suas deliberações, resulte a reforma da Biblioteca Municipal condizente com as aspirações e exigências culturais da época presente.

J. C. VIEGAS

OPERÁRIOS CHINESES VÃO GANHAR MAIS

A China tenciona aumentar os salários dos operários entre 15 e 20 por cento — anuncia a agência japonesa «Kyodo» em notícia datada de Lutau, no Nordeste da China.

A agência acrescenta tratar-se do primeiro aumento salarial de vulto em 14 anos e que irá beneficiar 40% dos operários chineses.

A «Kyodo», que atribui a informação a um grupo de directores de empresas japonesas que visitaram centros industriais na China, acrescenta que os principais beneficiários da medida serão os operários com mais baixo escalão salarial. Actualmente, os operários chineses do primeiro escalão ganham o equivalente a 800 escudos, e os do oitavo escalão cerca de 2.800 escudos por mês.

Como o Povo está no poder, não precisa fazer greves e resigna-se a viver pobremente.

Método de compilação das lendas seguida pelo Dr. Francisco Ataíde

Na dedicatória que antecede o preambularmente a primorosa obra «As Mouras Encantadas e os Encantamentos no Algarve» (edição de 1898), o autor, o dr. Francisco Ataíde, deixa perceber o método de que se serviu para coligir esse seu notável trabalho.

É assim, que a páginas XIX, se expressa:

«Convencido de que a probidade deve ser uma qualidade inerente ao escritor, envidei todos os esforços no intuito de oferecer aos leitores um livro, onde encontrasse as lendas tais como têm sido transmitidas até nós, mediante a tradição das famílias. Aproximei-me por tanto directa e pessoalmente, ou por intermédio de amigos probos, das fontes mais puras, onde essas lendas se acham depositadas. Dirigi-me aos reverendos párocos das freguesias desta diocese, expus-lhes o plano do meu livro, e solicitei o seu auxílio, limitado ao trabalho de colher a lenda na sua mesma linguagem empregada pelo povo. Raríssimos foram os que não cumpriram religiosamente o seu dever de pura amizade, e se algum não respondeu, fiz isso certamente devido a perder-se no correio a correspondência, o que não é caso virgem. O padre algarvio é ilustrado e sério, por isso outra não pode ser a razão do seu silêncio.

Recorri também a outros cavaleiros vantajosamente colocados no nosso meio social, os quais prontamente me habilitaram com as suas valiosíssimas informações. Assim obtive uma coleção curiosíssima de lendas e encantamentos.

Relativamente às duas freguesias de Loulé entendi dever entrar pessoalmente nas minhas investigações. Então notei que a crença nas mouras encantadas e nos encantamentos tem ainda seus fervorosos adeptos.

Parece incrível a perfeita conformidade e harmonia na narração das lendas, feita por pessoas em

idade avançada, algumas das quais nem se conhecem! Esta harmonia, realmente maravilhosa, convenceu-me de que as lendas, como partes integrantes da vida familiar, têm sido transmitidas por testemunhas convictas da verdade encerrada na sua narração, e conservadas por pessoas que lhe ligam toda a fé e autoridade.

Notei também que as minhas informações, tementes a Deus e muito consideradas por toda a gente, quando me narravam a lenda, diligenciavam empregar as mesmíssimas palavras de que se tinham servido as pessoas idosas, que lhas haviam transmitido, e que essas palavras eram pronunciadas com tanto respeito e entonação como se fossem as de uma oração religiosa — o Padre Nossa.

A velhinha da Fonte Cassima afirmou-me que não podia manter o sossego do seu espírito sempre que tinha de se referir às desditas mouras, e nas outras de mesma idade, por mim consultadas, notei certa comoção.

SOCIEDADE RECREATIVA ARTÍSTICA LOULETANA perfaz 46 anos de existência

A Sociedade Recreativa Artística Louletana, agremiação de fundas tradições, perfaz hoje o seu 46.º aniversário.

Para comemorar o assinalável acontecimento, a todos os titulos festivo, a Sociedade Artística Louletana elaborou o seguinte programa:

Dia 1 de Dezembro — As 9 horas, içar da Bandeira com toque do Hino da Colectividade pela Banda da Sociedade Filarmónica Artistas de Minerva (Música Nova);

Quando uma velhinha do campo me narrou o episódio de uma moura, que pretendia atrair para si com promessas de diamantes e outras riquezas um mancebo, percebi que tremia.

— Mostra estar com medo, observei-lhe.

— Se pareces! Se o mancebo tocassem somente com um dedo na mão da moura ficava eternamente perdido...

— Porquê?

— O simples toque de um dedo era o bastante para o moço perder os santos óleos que recebera do baptismo, e ficar ali preso por anos sem fim.

E disse estas palavras com uma tão sensível comoção que me fez crer estava convencida do que dizia.

Então lembrei-lhe daqueles deliciosos versos do nosso exímio poeta:

E, porque a vês, meu filho,
Que nunca te chegue a mão
Ou rouba-te os santos óleos
E deixas de ser cristão».

As 10 horas, beberete aos sócios.

Dia 3 de Dezembro — As 22 horas, baile abrillantado pelo conjunto musical «Revolution».

Congratulando-se com este auspicioso evento, «A Voz de Loulé» endereça à Direcção da Sociedade Recreativa Artística Louletana, as mais vivas felicitações acompanhadas de votos de muitos êxitos e longos anos de continuidade.

A POLÍCIA ACONSELHA

NA RUA:

1 — Diga a seus filhos para não aceitarem «boleias» de desconhecidos, nem convites para passeios nem mesmo para serem transportados a casa ou à escola;

2 — Siga pelo centro do passeio e afaste-se o mais possível da faixa

ESGRIMA

I TORNEIO INTERNACIONAL DO ALGARVE

No Pavilhão Gimnodesportivo de Faro decorreu o «I Torneio Internacional de Esgirma do Algarve», competição que contou com o apoio da Comissão Regional de Turismo do Algarve e teve a participação de esgrimistas portugueses, franceses e espanhóis. Participaram 37 atiradores, dos quais 20 na prova de sabre e 17 em florete.

Contacte a Polícia sempre que testemunhe alterações da ordem pública, barulho depois da meia-noite, zaraquetas em bares, etc.

Dê conhecimento à Polícia de todos os factos que possam afectar a sua segurança.

Telefone para o «115».

NOVA URBANIZAÇÃO

em Almansil

Vende-se lotes de terreno para construção de casas, junto à nova escola.

Tratar com Rogério Alcaria Teodósio — Telef. 94175 — ALMANSIL.

pria Pátria para servir sórdidos interesses e sinistros ideais estrangeiros!

A Desvalorização do homem é mais do que arrepiante, pois chega a pontos de envenenar com o pior dos venenos — que é o veneno do ódio — tanta gente boa da nossa Terra como os campesinos alentejanos e outros que felizmente vão recuperando a saúde.

A Desvalorização do homem levou-o a furtar Arquivos Oficiais e até as próprias armas do Exército, armas que a Nação deu ao Exército para seu uso exclusivo. — Assim noutras mãos nunca podem estar bem.

A Desvalorização do homem levava-o a pregar diariamente «amplas liberdades» e na sombra prepara a mais dura e repugnante das ditaduras que é a ditadura dos SEM DEUS.

A Desvalorização do homem atinge tal penúria que não falta quem faça gala em ser anarquista, em ser ateu, em ser anti-religioso, quando, em boa verdade, o Mundo de amanhã será muito mais religioso que nunca, com uma fé tão Viva, tão Esclarecida, tão Profunda, TÃO CRISTÃ, como nunca houve.

A Desvalorização do homem é tamanha que volta as costas à magistral lição do Apocalipse de S. João. A Divina Lei de causa e efeito tem de cumprir-se, pois temos de pagar até ao último centavo todos os nossos pecados, de entre os quais avulta o crime de se gastarem fabulosas montanhas de dinheiro em armas de guerra, enquanto no Mundo milhões de crianças morrem de fome. Não é só duas vezes dramático, é três vezes dramático porque ainda por cima tolera-se tudo isto com a maior das naturalidades. Que faz a ONU? Que faço eu, e que fazes tu?

A Desvalorização do homem é tão monstruosa que até mesmo nas Eleitas TERRAS DE SANTA MARIA há quem apoie e siga avidamente aqueles que tiverem o arrojo de banir na sua Pátria O SANTO DIA DE NATAL e quem levam a sua macabra doutrina materialista até aos confins da Terra!

Cumpre à predestinada Pátria de Camões pôr cobro a estas ignóbeis maquinções, porque queremos em Portugal e em TODAS AS NAÇÕES UM NATAL PERMANENTE e UMA PÁSCOA PERMANENTE para toda a gente. MENSAGEIRO LUSÍADA

Proibidas as viagens de estudantes ao estrangeiro

Os alunos do ensino secundário ficam proibidos de fazer viagens de estudo e excursões ao estrangeiro, assim foi determinado por despacho emanado do secretário de Estado da Orientação Pedagógica.

O mesmo diploma preceitua que os conselhos directivos deverão impedir a organização de tais viagens nos respectivos estabelecimentos de ensino.

Despedimentos

Segundo anunciou a União dos Sindicatos de Lisboa de Janeiro até fins de Setembro último mais de oito mil trabalhadores foram despedidos ou não recebem salários por inteiro há vários meses.

OS ÁRABES ESTÃO CONNOSCO

A convite de Mário Soares, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita e presidente da Liga Árabe, Saúd el Faiçal, deverá visitar oficialmente o nosso País, nos primeiros meses do próximo ano.

A Batalha da Roliça e o Algarve

Por inerência familiar frequentámos há mais de 30 anos, a região do Bombarral onde orientamos hoje uma pequena exploração agrícola.

O Bombarral, como o nome indica, é uma fértil zona de bons barros, onde prosperam a vinha e as árvores fruteiras, de tal modo que no seu concelho, de 91 quilómetros quadrados, se produzem em média anual mais de cincuenta mil pipas de vinho, de 500 litros e cerca de dez mil toneladas de maçãs e peras e diversos produtos agrícolas.

A sua Adega Cooperativa tem uma capacidade de recolha de 60 000 pipas e a Estatística Agrícola, elaborada pelo Instituto Nacional de Estatística, diz que o concelho do Bombarral é campeão nacional na produção de vinho por km², com 552 pipas, e só depois vem Alpiarça, com 453 pipas e Almeirim, 419 pipas.

Isto referido aos anos agrícolas de 1970 a 1973.

E para se aquilatar bem do valor vinícola do concelho do Bombarral, basta referir que os 16 concelhos do Algarve, com 5 072 Km² de superfície, produziram, em 1969, apenas 13 000 pipas de 500 litros.

É certo que também se produziu no Algarve muita uva de mesa temporária.

Este ano, porém, foi de contra-safra, o que foi explicado pelo abundante regime pluviométrico.

Além da fertilidade agrícola, a zona é rica de tradições históricas, com a sua torre medieval do Carvalhal, onde viveu a mãe do heróico Nuno Álvares Pereira e dele mesmo se pode ainda ver a pedra-de-armas num edifício que teria servido de hospital em época recuada.

No dia 12 do corrente mês de Outubro, depois de feita a vindima, e no regresso a Lisboa, fomos visitar a vizinha freguesia da Roliça onde, em 17 de Agosto de 1808 se feriu a batalha que opôs o exército anglo-luso, sob o comando de Sir Artur Wellesley, às tropas napoleónicas sob o comando do general Dabord.

Estivemos ao pé da Cruz de pedra que assinala a morte do tenente-coronel Lake, do exército inglês, quando numa manobra envolvente, se foi colocar com a sua tropa atrás da artilharia francesa que estava postada no alto da Roliça, hoje assinalada por enorme cruz de ferro, de cujo ponto sobreiro os franceses fazem fogo sobre os 3 corpos do exército anglo-luso manobrando na sua frente.

Diz a história, através do académico Gastão de Melo de Matos, o que foi o desembarque do exército inglês em Lavos, ao sul da Figueira da Foz; a sua descida

por Soure, Pombal, Leiria e Caldas da Rainha até que em Óbidos se verificaram as primeiras escaramuças — e o recuo que de Óbidos para a Roliça operavam as tropas napoleónicas. Assim como as desinteligências entre o

Pelo Dr.
ANTÓNIO DE SOUSA PONTES

general do exército português, Bernardo Freire de Andrade, e os generais ingleses que apenas queriam combater junto do mar, perto da sua esquadra.

Depois da derrota da Roliça os franceses recuaram até ao Vimeiro, no concelho de Torres Vedras onde, em 21 de Agosto, já sob o comando de Junot (que de Lisboa acorreu à pressa com toda a tropa invasora disponível), eles foram novamente derrotados.

Entretanto, da esquadra inglesa tinha desembarcado na enseada do Porto Novo, fronteiro e perto do Vimeiro, forte contingente inglês, o que deu ao exército anglo-luso uma grande superioridade numérica de combatentes sobre o exército napoleónico.

A história diz que em 30 de Agosto foi assinada entre os comandantes franceses e ingleses, a Convenção de Sintra, ao abrigo da qual os ingleses se comprometiam a transportar a tropa francesa para o seu país — permitindo-lhe, porém, que levasse na sua baga-

gem o produto do roubo das Igrejas e palácios portugueses — o que foi uma condição humilhante para o exército português.

Sobre tudo para aquele que no Algarve se bateu só, mas brilhantemente contra os franceses e que começou precisamente dois meses antes da batalha da Roliça, ou seja em 16 de Junho, em Olhão, então uma aldeia de pescadores e lavradores.

Todos os algarvios conhecem o que foi o espírito decidido do velho coronel Lopes de Sousa, governador de Vila Real de Santo António, e que em Olhão se encontrava em mudança de ares, com sua família. No dia do Corpus Christi, ao dirigir-se à festa dominical da Igreja, rasgou o edital francês que cominava penas para os portugueses que se aliasssem com os espanhóis, então revoltos, e ainda para os que ocultassem armas. Nessa ocasião aquele oficial apelou para o brio e dignidade dos portugueses.

Sabem também, segundo as investigações históricas do académico Dr. Alberto Iria, como os marítimos olhanenses, comandados pelo referido militar, aprisionaram, em combate naval, 86 militares franceses; e como foram até Ayamonte aprovista-se de espingardas e pólvora. E como os navios ingleses, ancorados ao sul de Isla Cristina, os não auxiliaram de qualquer modo.

(continua na pág. 7)

DEMOCRACIA, MITOLOGIA E REALIDADE

A hidra, é um dos muitos animais de origem ficcionista (naturalmente), relacionada com os primórdios da criação, e que a assombrosa imaginação helenista distorcerá e reduzirá a proporções mitológicas.

A Fábula imortalizou-a sob a figura de uma serpente dotada de sete cabeças, a quem a Hércules couberá, como prova, enfrentar e exterminar.

Mais comparada e por associação de ideias, a mitologia pode oferecer-nos terreno a transposições analógicas, na medida adequada a circunstâncias que hoje nos perturbam e fustigam (se já não dilaceram), colocando igualmente em causa não só a consolidação democrática como a independência nacional.

Não será portanto, a mistificação de um transe que nos dita o propósito aqui alinhavado, mas a seriedade e o volume de um conjunto de problemas em constante ampliação, que nos obriga a cotejar e a comentar abertamente, no exercício de uma faculdade (liberdade de expressão) não repudiada, nem iludida puerilmente.

Costuma-se visar, em caracteres de imprensa, regra geral destacada e agrupadamente pela sua proeminência evidente, três aguçados problemas (o desequilíbrio da balança de

pagamentos, a inflação e o desemprego), ou separada e especificamente todos esses e ainda outros, situados colateralmente.

Para o leitor rápido ou pouco atento, a imagem de conjunto fica possivelmente desfocada.

Pois, sob um prisma convergente, há a lamentar (e não só) que a «hidra», que nos atormenta, não tenha apenas três cabeças...

Infelizmente, a «hidra» de que falamos (tradução metafórica da crise envolvente), tem pelo menos, tal como a sua irmã mitológica, sete cabeças, todas elas beligerantemente ameaçadoras e que clamaram na realidade, um esforço colectivo «hérculeo», para as neutralizar.

Quais são, no final de contas, outros tantos problemas sectoriais a pairar sobre a conjuntura contemporânea portuguesa?

Além das referidas moléstias (balança de pagamentos deficitária, inflação e desemprego), seguem-se não menos preocupantemente, o endividamento externo, a baixa produtividade nacional, os traumas de educação e o desentendimento político, para não incluir a mastodóntica e triturante máquina burocrática estatal.

São, portanto, muitos e diversos os padecimentos que, sem contemplação pela juventude e inexperiência (não precocidade logicamente) da democracia portuguesa, a pretendem subjugar logo no dealbar dos seus verdes anos.

Tudo quanto aqui fica sumariamente enumerado obriga, por coerção das duras e acutilantes realidades que não devem ser a que preço fôr minimizadas e escamoteadas, a uma profunda reflexão propagadora de novo «modus faciendo» a instituir e de vigorosos procedimentos cunitários, fundamentados como é de compreender numa orquestração dinamizadora de fôlego e de amplo significado criativo, não só extensivo ao enunciado ético-sócio-político, como ao económico-financeiro.

Por outras palavras se quererá dizer, que o «ser» e o «estar» em Democracia não «promove» (gratuitamente) quaisquer sectores, círculos, e indivíduos (a sociedade em si mesma) pertencentes quer à vida pública, política ou privada, a meros espantalhos reivindicativos (idealistas uns, tachistas outros), interessados no fundo e apenas, em reforçados privilégios.

Estes, enquanto privilégios e não direitos legítimos, requerem sempre uma contrapartida e uma base de sustentação, sem a qual a democracia não é mais do que uma simples e difusa utopia, pronta a desmoronar-se a um mais forte sopro da adversidade.

Reclama-se, pois, uma mística interiorizada, uma conscientização de responsabilidades a todos os níveis e escalões sociais, não esquecendo, os mais qualificados, que os exemplos edificantes partem de cima e não das bases.

Parece-nos assim que a todo o tempo importa reaprender e reinterpretar o sentido e a mensagem democrática, não esgotado de conteúdo decerto, pelos dialécticos e sofistas.

Como postulado, como arte e ciência, como regime generoso defensor de direitos consagrados, e como sistema de vivência, a democracia concita à revelação impetuosa de uma escala de valores, que constituem em última análise a massa e o fermento da sua razão de ser.

Sem eles, a democracia denegrida, tende a estiolar e fenece.

É preciso conhecer a verdade e expurgar os erros, para que a democracia, tal como a entendemos, possa prevalecer entre nós e oferecer as primícias que encerra.

J. C. VIEGAS

Leia

A Voz de Loulé

Torne mais acolhedor o seu lar

COMPRANDO NA

CASA SIMÃO

as mobílias que mais goste ou os móveis avulso que mais se harmonizem no ambiente da sua casa

Para DECORAÇÕES — ESTOFOS — COLCHOARIA VISITE A

CASA SIMÃO

A MOBILIADORA

ANTÓNIO SIMÃO VIEGAS, LDA.

Praça da República, 8 — Telefone 62110 PPC

Filial: 34, Avenida Marçal Pacheco, 49 a 51

L O U L É

que sem água retida em barragens o problema do abastecimento de água à nossa província não se resolve. É difícil obter-se água doce por intermédio de furos profundos. Já o afirmei várias vezes e Xavier Xufre com a experiência que lhe forneceu as tentativas de abastecimento de água a Albufeira, confirma: «os furos artesianos podem salobrar ou salgar mesmo, com todos os inconvenientes inerentes. Já existem alguns salgados, um no abastecimento de água de Albufeira, outro pertencente ao Hotel Balaia, que está em vias de auto-abastecer, e outro construído pelos empreendimentos de Montechoro».

Muitos outros exemplos nos mostram a tendência para se salgarem os furos profundos no Algarve por recurso das toalhas freáticas tão intensamente sugadas nos últimos anos. Nos arredores de Faro conhecem-se bastantes furos e poços em salgamento; em Portimão à medida que o Verão avança e com ele o consumo de água, aumenta o teor em sal da água domiciliária.

Pois é: o abastecimento de água ao Algarve pela via da captação de águas subterrâneas está mais que provado, não é exequível. Só tem interesse pontual e local. Não serve quando se pensa a nível regional.

Mais uma vez parafraseamos Xavier Xufre ao referir-se ao concelho de Albufeira mas extensível a todo o Algarve: «o abastecimento de água (para Albufeira) bem como o de outras localidades limítrofes, só pode ser resolvido definitivamente com a água vinda de barragens».

O que se passa então com o Plano de Rega do Algarve? O que se passa com a construção das barragens de Odemouca, Arade, Funcho, Odeleite e Vascão? A Câmara Municipal de Portimão (ou o Gapa não sei qual é a entidade responsável) parece não acreditar na sua realização e assim duvidar do que anteriormente se programou ou seja, o abastecimento de água ao concelho de Portimão por intermédio da água a represar na barragem de Odemouca pois como soube recentemente, estão-se a gastar algumas dezenas de milhares de contos em novas captações e conduções de água da barragem da Bravura para a sua já vasta rede de abastecimento de água domiciliária.

Será que se desistiu da efectivação do Plano tão importante — Plano de Rega do Algarve — única via

para o desenvolvimento plural da Província?

Bem sei que o dinheiro escasseia. Sei também que outras regiões portuguesas necessitam de investimentos para por sua vez se desenvolverem e produzirem a riqueza cuja adequada divisão melhorará o nível de vida das respectivas populações. Mas também tenho conhecimento que algumas regiões têm sido contempladas e o Algarve pretendo de realizações multiplicadoras de progresso.

Razões de certo haverão tecnicamente, sociais e políticas que me transcendem não me canso de repetir. Mas a situação desgosta-me por não assistir ao trilhar do progresso algarvio impossível sem água.

Vêm estas últimas considerações a propósito dos 70 milhões de marcos que a Alemanha emprestou a Portugal para a realização do projecto de irrigação da Cova da Beira. — Tempo, 20-10-77.

Não me move, afianço-lhe qualquer sentimento primário de inveja; move-me, sim, ao escrever-lhes estas linhas, o desgosto por sentir que o Algarve enquanto não tiver água em abundância, e não se descontina que a venha a ter a médio prazo, não se desenvolverá tanto quanto necessário e ao mesmo tempo, necessariamente se empolará o sector turístico e seus aderentes em relação aos outros sectores económicos por menor dinamismo destes últimos (agrário e industrial).

Só para o ano que vem voltarei ao Algarve. Só para o ano que vem nas férias do Verão regressarei à minha casinha serrana. Só nessa ocasião voltarei a ouvir os queixumes habituais, evidentemente repulsivos para o turismo, da falta de água, esgoto, electricidade, poluição etc.

Estão em curso negociações extremamente importantes para a efectivação de uma almejada «plataforma política» segundo se afirma fundamental para o futuro de Portugal.

Pois que se crie também no Algarve uma plataforma envolvendo todas as entidades, serviços e a população em geral, para que junto de quem de direito se consiga a progressiva realização do Plano de Rega do Algarve, diga-se de abastecimento de água ao Algarve, para regressivamente se atenuarem as principais deficiências do Algarve em água.

Receba um amigo abraço do

ANSELMO DO O

FIRMEZA DE PRINCÍPIOS

(continuação da pág. 1) liderando com o fulgor de quem sente na alma os verdadeiros problemas duma terra que é sua.

Esta é a grande verdade e, acima de tudo, nós amamos a verdade e a justiça. Por isso hoje a prestamos a quem a merece.

Para Jaime Guerreiro Rua vai uma lágrima de saudade.

Há quase 10 anos que morreu o homem que foi o 1.º Director deste jornal e que, com apurado, dignidade e inteligência o dirigiu durante 15 anos.

Advogado distinto, exemplar chefe de família, cidadão impoluto, Jaime Rua marcou uma época no meio ambiente onde nasceu e viveu.

Um quarto de século depois daquela jubilosa manhã em que o 1.º de Dezembro de 1952 ainda era festejado com foguetes, repique de sinos e a banda a tocar pelas ruas, sabe bem recordar o Homem que, numa pequenina casa onde este jornal «nasceu», compartilhou da alegria sentida com a saída do número 1 de «A Voz de Loulé».

Foram 15 anos de contactos permanentes, com horas de regozijo, intercaladas com horas de frustração e temor.

Por vezes quase obsecados pelo medo duma Censura implacável que não permitia uma palavra mais dura, um período mais esclarecedor, uma frase que pudesse ferir susceptibilidades... oficiais.

Eram frases cortadas, artigos suspensos, cortes parciais e totais (de que temos amargas recordações em pasta própria), só porque a censura estava sempre vigilante e exagerada.

Só se poderia falar de política desde que se elogiasse o governo ou os actos dos governantes e nunca neste jornal se atacou os comunistas na «sua justa luta» para derrubar uma ditadura que nos roubava a liberdade de pensar, escrever e falar.

Admirávamos a sua coragem de enfrentar a prisão e a tortura, na luta pelo seu ideal, mas hoje repugna-nos vê-los teleguiados por uma potência estrangeira — para nos enfeudarem a uma ditadura ainda mais temível do que aquela que ajudaram a derrubar.

Isso entristece-nos profundamente. E hoje sentimo-nos ainda mais pesarosos por repararmos que aqueles homens que lutavam pela liberdade de imprensa para poderem censurar os actos do governo, são os mesmos que hoje detestam essa mesma liberdade de imprensa, por esta criticar os erros que cometem...

Dantes não se podia falar de política, porque a política era ta-

bu e só era permitido «falar bem». Por isso o Povo ficou despolitizado. Hoje até já há quem critique «A Voz de Loulé», por falar de política...

Então os portugueses já não precisam ser esclarecidos acerca do que se passa com as várias «políticas»?

Será que teremos de voltar todos aos tempos de futebol como exclusivo... para que todos ignorremos a política que os políticos praticam nas costas do Povo?

Pois «A Voz de Loulé» manterá a sua posição de firmeza na defesa intransigente dos interesses de Loulé, do Algarve e do país onde estamos inseridos. Por isso recusamos ser escravos de imperialistas.

Será essa a nossa luta por uma liberdade não encapotada na subordinação a tutelas estrangeiras — que pomposamente se intitulam de movimentos de liberdade... para engolir as incautas vítimas, que acreditam nas suas felinhas mansas.

Num país ainda dominado por um medo de 48 anos e que foi substituído pelo terror bárbaro e cruelmente imposto pelos que traíram o 25 de Abril, consideramos imprescindível que continua válido aquilo a que se convencionou chamar liberdade de imprensa, para que ao menos alguns portugueses mais corajosos tenham a firmeza de ânimo suficiente para denunciar os traidores e aqueles que são capazes de vender a alma ao diabo... desde que ele lhe pague bem.

Hoje já não há foguetes para festejar o 1.º de Dezembro mas a verdade é que devíamos recordar com entusiasmo a revolução da independência nacional, porque é tenebrosa a ameaça que de novo pesa sobre Portugal, que é sacrificado à cobiça dos novos conquistadores do Mundo.

«A Voz de Loulé» nunca foi o «Pravda do Algarve», mas também não será a voz da reacção — por muito que isso pese aos saudosistas do passado. E ao festejar as suas «Bodas de Prata», este jornal orgulha-se de poder manter uma firmeza de princípios que tira aos seus inimigos de hoje a possibilidade de o comprometerem com falsas doutrinas.

A todos os nossos dedicados assinantes — e muitos são — os que nos acompanharam desde o dia distante do 1.º de Dezembro de 1952 e aos que chegaram depois e também nos ajudam a manter acesa esta vela que corre mundo para levar um pouco de luz aos louletanos espalhados pelo Mundo, vai um grande abraço de amizade e de gratidão por

nós acompanharem nesta dura luta por um Loulé maior e um Portugal indefectivelmente português.

«A Voz de Loulé» continuará lutando firmemente para evitar que qualquer nova tirania escravize a imprensa portuguesa — obrigando-a a cumprir ordens crientas de homens mentecaptos.

Para todos os assinantes de «A Voz de Loulé» inclusivé os residentes no estrangeiro, vai uma fraternal saudação, de cordial amizade e reconhecimento pela dedicação a este jornal.

O DIRECTOR

XXV ANIVERSÁRIO de «A Voz de Loulé»

(continuação da pág. 1) cável, logicamente, a idêntico período de vivência de um jornal.

Este não conhece, como imperativo de sobrevivência, aquelas fases que caracterizam o gradual desenvolvimento juvenil e que precedem preparatoriamente, a maioria.

Por tal motivo, à arrancada e na sua génesis, o jornal irrompe adulto e todos os seus anos deocrrentes traduzem-se (mais grado os altos e baixos e vicissitudes que enfrenta) numa permanente disponibilidade, dedicada em exclusivo à tríplice função que lhe assiste e lhe está (nesto caso) cometida: à informação, à opinião e formação.

Pelo que me tem sido daí observar, «A Voz de Loulé», como semanário regionalista que é, não se tem furtado nem eximido a desempenhar, subsidiariamente à grande imprensa diária, o vazio de uma função de reconhecida peculiaridade, de inegável projeção.

Por isso mesmo, um dos seus aspectos essenciais de que se reveste com inconfundível originalidade, advém-lhe — a nosso ver — da sua identidade e caracterização etnográficas, da sua idiossincrasia tipicamente algarvia que o faz solícito intérprete do sentir de um agregado populacional concelhio, que não prescinde nem abdica da sua personalidade, da sua maneira de ser e de se exprimir, que tão bem se casa e completa, afinal, com o versátil mosaico português.

Neste particular, «A Voz de Loulé», para além dos contributos já prestados nos transcorridos 25 anos, continua a ter, porventura com maior propriedade, uma missão deontológica e insubstituível a desempenhar, uma palavra necessária a dizer e muitas pretensões e aspirações a defender.

Como postulado, inacabado e a perseguir sempre, será este para já a sua insignia de vangloria.

J. C. Viegas

Levantamento Cultural do País

Da Fundação Calouste Gulbenkian, recebemos uma carta dirigida ao Director deste jornal, cujo teor a seguir extractamos:

«Agradecemos a V. Ex.ª a notícia que teve a gentileza de publicar no número de 30 de Junho p. p. do seu Jornal, acerca do Levantamento Cultural do País, a qual terá, certamente, a maior importância na difusão e conhecimento desta notícia».

Construção Social

(continuação da pág. 1) se tratam de habitações sociais construídas pelo Fundo de Fomento da Habitação, com as quais o Município desta vila não está ligado, pois por não concordar, contestou as condições e critérios de distribuição.

Gostaríamos de saber mais por menores para melhor esclarecer quem possa porventura estar interessado, por isso aguardamos que os serviços ou organismo que superintende estas obras no-lo faça saber circunstancialmente.

ANILDO & PONTES, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 21 de Novembro corrente, lavrada de fls. 49, v.º a 51, do livro n.º C-97, de notas para escrituras diversas, deste Cartório, foi constituída entre Anildo Rodrigues de Brito e José Manuel Rita Pontes, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a firma «Anildo & Pontes, Limitada», tem a sua sede na Rua Afonso de Albuquerque, desta vila e freguesia de São Clemente, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

Segundo — O seu objecto consiste no exercício da indústria de marcenaria e carpintaria mecânica, podendo, no entanto, dedicar-se a qualquer outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem e seja permitida por lei.

Terceiro — O capital social inteiramente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é do montante de cento e cinquenta mil escudos, e está dividido em duas quotas iguais de setenta e cinco mil escudos, pertencendo uma a cada sócio.

Quarto — 1. A gerência da sociedade, dispensada de caução, será exercida por todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com ou em remuneração, conforme for acordado em Assembleia Geral.

2. Para obrigar validamente a sociedade é necessária a assinatura de dois gerentes, podendo, no entanto, os actos de mero expediente ser assinados por qualquer deles.

3. A sociedade não poderá ser obrigada em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, letras

de favor e outros semelhantes.

Quinto — Não serão exigíveis prestações suplementares ao capital, mas os sócios poderão fazer os suprimentos de que a Caixa Social carecer, nas condições acordadas em Assembleia Geral, expressamente convocada para o efeito.

Sexto — É livremente permitida entre os sócios a cessão de quotas no todo ou em parte.

Sétimo — 1. A cessão a estranhos só poderá efectuar-se com prévio e expresso consentimento da sociedade, à qual é sempre reservado o direito de preferência em primeiro lugar e a cada um dos sócios em segundo.

2. Para a concretização deste direito deverá a cessão ser comunicada à sociedade e a cada um dos sócios, por carta registada, com aviso de recepção, ficando desde já estabelecido que o preço corresponderá ao valor nominal da quota, acrescido dos fundos de reserva da sociedade.

Oitavo — Quando a lei não exigir outras formalidades, as reuniões da Assembleia Geral serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com oito dias de antecedência pelo menos.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 24 de Novembro de 1977.

**O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana**

ALUGAM-SE

Terrenos bem localizados para construção de armazéns, com água e luz. Trata Aurora das Dores — Estação de Loulé — Telef. 62623. (3-2)

ANÍBAL SANCHO

ALEXANDRE

SOLICITADOR

Rua da Trindade, 12-1.º-Esq.

Telef. 24505 — FARO

(4-1)

BRANDYMEL

ESPECIALIDADE DE MEL PURO

E FRUTOS DESTILADOS

Recomenda-se aos apreciadores

RECUSE AS IMITAÇÕES

PIZÕES

UMA AGUARDENTE DE MEDRONHO
ESPECIAL
Que se recomenda

A PROVA... ESTÁ NA PROVA

ECOL

UMA EMPRESA MODERNA E DINÂMICA
AO SERVIÇO DO CONSUMIDOR

OVOS — FRANGOS — PATOS — PERÚS

Departamento em ALMADA
Telef. 2760674

Sede e Centro
Telef. 62254 — LOULÉ

A Batalha da Roliça e o Algarve

(continuação da pág. 5)
Mas sabem também dos combates de Quelfes e da Meia-Léguia, nos subúrbios de Olhão, onde mataram 34 soldados franceses e feriram 21. Dos nossos apenas morreram 2 e ficaram feridos outros 2 soldados.

Sabe-se também que em Faro foi aprisionado o general Maurin, comandante da célebre Legião do Meio Dia, que vinha precedida de grande valor militar.

Sabe-se também que em apenas 8 dias, ou seja no dia 24 de Julho, todo o Algarve estava fora do domínio das tropas napoleónicas, que fugiram — os que pudermos — pelo rio Guadiana até Mértola e depois Beja.

Concluímos que o conhecimento que os navios ingleses estacionados ao sul da Península tiveram do sucesso dos algarvios, derrotando uma Divisão do até aí considerado invencível exército napoleónico, deve ter pesado no espírito do Governo inglês.

É sabido que os ingleses tinham sido mal sucedidos nos desembarques que antes tinham feito nas costas do noroeste da França e na espanhola, do Mediterrâneo.

No mar, sim, tinham eles vencido brilhantemente a esquadra franco-espanhola, na célebre batalha de Trafalgar, em 1805.

E, como consequência desta vitória, os navios ingleses entravam nos portos portugueses com grande facilidade, como se verifica, a partir de Agosto de 1808, pelo movimento do porto de Douro, em relação, principalmente, à exportação do vinho do Porto.

Após a derrota dos franceses, no Algarve, em Junho de 1808, é que os ingleses se decidiram a fazer seguir uma expedição militar para Portugal, não obstante os anteriores e insistentes pedidos da Junta Revolucionária dos Portugueses que estava instalada no Porto.

Deve esclarecer-se que a rápida saída da expedição militar inglesa para Portugal se fez, aproveitando os preparativos que então os nossos aliados faziam para uma acção militar na Argentina.

Mas ainda há outra ligação entre a batalha da Roliça e o Algarve, e este vem abonado pelo probó e culto musicólogo que foi Mário Sampaio Ribeiro, quando nos diz em a «Arte Popular de Portugal», do Dr. Pires de Lima, que a origem musical do Corridinho do Algarve foram as country-dances, das fanfarras escocesas, que acompanharam o exército inglês.

Ele explicou que as polcas ou polacas, de compasso binário, vieram destronar as músicas campestres de compasso ternário, que, até aí, se ouviam por toda a Europa.

Era a novidade musical que o Sul do nosso País aceitou melhor. E a razão está em que a maior exposição solar do clima algarvio explica a maior quantidade de oxigénio na atmosfera da nossa Província, como também na da Andaluzia, em relação às regiões que lhe ficam ao norte.

E por outro lado sabe-se que,

no princípio deste século, as músicas dos Corridinhos algarvios chamavam-se então *Scots* ou *Escotes*, como homenagem à origem escocesa das fanfarras inglesas do exército de sir Wellesley, mais tarde nomeado Duque de Wellington, também conhecido pelo Duque de Ferro, pela sua força corporal e tenacidade.

Aqui terminamos as nossas deambulações histórico-musicais que dedicamos também à população do Bombarral, que sempre nos acolheu bem, ao longo dos 30 anos em que a frequentámos.

Destacamos a sua Imprensa local onde publicamos alguns artigos de vulgarização agrícola e histórica, lamentando, porém, o seu desaparecimento há algum tempo — e fizemos uma chamada especial ao poeta e investigador histórico, de merecimento, que é José Ferreira Ventura.

Ao regedor da Roliça queremos agradecer o ter-nos ido mostrar os locais onde em 17 de Agosto de 1808, o exército anglo-luso se bateu bravamente contra o exército de Junot, continuando a acção notável dos algarvios, 2 meses antes, ao expulsar, sozinhos, as forças napoleónicas que queriam que o Algarve e o Alentejo ficassem pertencendo ao Príncipe da Paz, D. Manuel Godoy, segundo o Tratado de Fontainebleau, de 1807.

Napoleão escreveria mais tarde que foi na Península Ibérica que

se forjaram os primeiros elos da cadeia que acabaram por o prender e desterrá-lo para a ilha de St. Helena, onde morreu em 1821.

Lisboa, 15/X/1977.

ANTÓNIO DE SOUSA PONTES

NOTA — Para documentação da parte histórica devem ler-se «O Dicionário de História de Portugal», orientado por Joel Serrão, assim como os diversos volumes de «A Grande Epopeia do Marinheiro Hornblower», recomendados por Winston Churchill.

GRANDE LISBOA também é gigante no número de acidentes e autuações

Entre 29 de Outubro e 3 de Novembro corrente, deram-se em Lisboa 192 acidentes, à média de 32 acidentes por dia!

Em resultado dos mesmos houve 3 mortos e 105 feridos.

Cabe referir, entretanto, que embora se hajam lançado repetidos apelos aos automobilistas, no sentido de dispensarem a utilização dos seus carros em favor dos transportes públicos, se verificaram, durante igual período, elevado número de autuações, mais de 4 mil, o que leva a crer no descaso com que têm sido acolhidos, fazendo deles «ouvidos de mercador».

Viagem às civilizações milenárias

4 — O MUSEU ARQUEOLÓGICO

Estamos no salão-restaurantes do hotel a tomar o pequeno almoço. Num átrio contíguo, um grupo de católicos está reunida e assistindo à missa.

Serve-nos para recordar que a religião oficial da Grécia é a cristã ortodoxa, que é professada por 8-100 000 pessoas das 8 500 000 que cá existem. Seguem-se os moslémicos com 100 000 adeptos, os católicos com 42 000 e, com números menores, os arménios, os monofisitas e os judeus.

Saímos do hotel e, tomando um auto-carro, damos uma volta pela parte central de Atenas, onde nos surgem a Avenida da Liberdade, a Praça da Concordia (aqui notamos uma estação de metropolitano que liga a cidade com o porto de Pireu, a uns 20 km; esta é a única linha de metro que existe), passamos pela Escola Arquitectónica e paramos no nosso destino, por agora. O Museu Arqueológico de Atenas.

Este Museu é o mais completo do mundo em antiguidades gregas, como é lógico. Está instalado num edifício novo, simples, sem o luxo sumptuoso de um Museu do Vaticano, ou a grandiosidade do Louvre ou do Museu Britânico.

A primeira sala a visitar é dedicada ao período compreendido entre os séculos XVI e V antes de Cristo, da chamada civilização micénica, descoberta ainda há pouco tempo pelo conhecido arqueólogo alemão Schliemann, o mesmo que descobriu o que se pensa que sejam as ruínas da cidade de Troia. Nesta sala, estão em exposição inúmeras vitrinas recheadas de preciosidades de um povo que foi essencialmente guerreiro e caçador. Em lugar de destaque podemos admirar a máscara de ouro de Agamenon, figura lendária da guerra de Troia. A maior parte dos objectos expostos vieram de túmulos. Os micénios trouxeram do Egito, enquanto lá estiveram como mercenários, os hábitos funerários lá existentes. Assim chegaram a encontrar em túmulos micénicos 15 quilos de objectos diversos, em ouro puro, desde os motivos ornamentais, a jóias, a punhais, vasos máscaras, etc., tudo ricamente trabalhado.

Ainda nesta secção notamos uma coleção de umas 20 placas, em barro, com inscrições díversas; constituem as primeiras formas de escrita grega de que há conhecimento, e datam do século XVI antes de Cristo. Estas placas foram decifradas há poucos anos.

Um outro objecto que nos chamou a atenção foi uma balança de pratos suspensos, em bronze, com 3 500 anos, e igualzinha aquelas que ainda hoje se vêem nos nossos mercados para pesar as frutas e os legumes.

M. VAZÃO

JOSÉ GUERREIRO MARTINS, LDA.

CONSTROI E VENDE APARTAMENTOS

OPORTUNIDADE DESTE MÊS:
1 Prédio em Loulé
1 Apartamento em Faro

Av. Infante de Sagres — Telef. 65457 — QUARTEIRA

(10-3)

Próximo capítulo:
5 — NOVAMENTE O MUSEU

NOVAMENTE A FALTA DE PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO EM LOULÉ

conceder, à via frontal, prioridade de passagem.

Pois a sua falta por pouco não ia dando origem a uma tragédia.

Mas que saibamos há mais vias onde as placas ou estão caídas ou desapareceram pura e simplesmente.

Temos o caso da Rua Vasco da Gama, que desemboca no Largo de S. Francisco, no troço do trajecto para Quarteira.

No ponto de confluência com o Largo de S. Francisco, encontra-se há tempos, denudada, e arrimada à parede, uma outra placa de «stop» sem que os serviços camarários se dignem sequer erguer-lhe para competir.

Ora, devia haver mais zelo e não permitir que problemas tão comezinhas perdurem e dêem lugar a críticas justificáveis, já que por nada e gratuitamente as murmurações se fazem ouvir.

No fundo da questão, e isso é que importa invocar, está em jogo a segurança de quem utiliza tais trechos públicos.

E isso sim, convém acudir, consciente e diligentemente.

TURISMO EM PORTUGAL EM FRANCO DESENVOLVIMENTO ESPECIALMENTE NO ALGARVE

Assinada pelo seu redactor Erik Mortensen, que esteve há pouco tempo no Algarve, o jornal «Borsen», de Copenhaga, publicou na sua edição de 13 de Outubro um interessante artigo sobre o Turismo português.

Subordinado ao título «Portugal Procura Capital para Investimentos», tal trabalho baseia-se sobretudo numa entrevista com Fernando Barata, que Mortensen classifica de «um dos maiores hoteleiros do Sul de Portugal».

Na referida entrevista acentua que o nosso turismo «está em franco desenvolvimento», em especial no que respeita ao Algarve, cuja capacidade

hoteleira será «dentro de alguns anos de cem mil camas» e onde é política oficial «a de preservar e conservar tanto quanto possível as belezas naturais».

Mas não é possível — acrescenta — «concretizar os projectos ambiciosos delineados pelo Governo e pela população portuguesa sem investimentos estrangeiros», sendo agora «óptimas as oportunidades que Portugal oferece neste campo», ultrapassados como têm de considerar-se «o receio e o nervosismo óbviamente trazidos pela Revolução de 1974», a par da «reinstauração das liberdades individuais», facto, aliás, «em si mesmo absolutamente positivo».

OLHE O PERIGO DE FRENTE!



**Na estrada
caminhe sempre
pelo seu lado
esquerdo**

circular e viver.

Bombas (também) em Loulé

A C. A. P. promoveu uma reunião em Loulé para comemorar o 25 de Novembro e isso foi motivo suficiente para que mais criminosos provocassem

o arrebentamento de duas bombas no local do encontro dos agricultores.

Um automóvel despedaçado e uma conduta de

água esburacada que formou um ribeiro.

No próximo número daremos mais pormenores.

Quotidianos

a crónica de
JOSÉ MANUEL MENDES



LÁ VAI UMA CRISE, LÁ VÃO DUAS...

Encontramo-nos à beira de estoirar no abismo. Já não se trata de um sonho, de um pesadelo, ou de um sonho-pesadelo, como quizerem, em que nos sentimos cair, assim de repelão, pelo buraco sem fundo do nosso subconsciente.

A queda colectiva que todos desempenhamos no palco das gerações contemporâneas, traz consigo o sadismo do sofrimento em câmara lenta. A asfixia da psicose generalizada, o espessinhar de todos aqueles dop'nguezinhos que constituem a série de pequenos defeitos, pequenos egoísmos, de pequenas mesquinhices, de pequenas esquisitices, que caracterizam e conformam a vida de cada pessoa, tudo, tudo isso está sendo esmagado debaixo da pata deste novo dragão de sete cabeças, na era do «homem civilizado»: A CRISE! A crise. Olhamos para a crise, e todos pasmamos. Como ela é enorável... Combate-se a crise numa cabeça, e logo as outras seis nos escaldam o rabo com novas chatices.

Pior que tudo isto, danadamente, drásticamente, catastróficamente pior que tudo isto, é a impossibilidade de se encravar um novo S. Jorge, em pleno século XX, que venha combater o temível dragão que nos asfixia.

A imaginação que revela o pernício bicho que se instalou ao nosso lado no dia a dia, que come no nosso prato, que dorme na nossa cama, que evaca na nossa sanita, a imaginação dele, essa constelação de sábios, de computadores, que conspiram noite e dia nas reuniões, cocabichando a melhor maneira de nos abaixar o grito de revolta, de nos merendar ao primeiro descuido num turbilhão de pão com queijo e umas pitadas de desemprego, essa dourada cabecorra de sete faces e mil e um' artes, consegue magiar aquilo que as nossas seborréicas cachimónias nunca seriam capazes de atingir.

Quais espíritos de outra constelação do Espaço 1999, eles conseguem descobrir as mil e uma maneiras de tramar o parceiro. De lhe amordaçar o desespero. De cortar o automóvel, o papel-higiénico, a auto-estrada, o brinquedo, o preservativo, a aspiração, a diversão, a vivência. Nas mãos hediondas dos novos opressores, nós, o indivíduo comum, o desgraçadamente integrado na «mass média», tem apenas que trabalhar, e subsistir para trabalhar. Tudo o mais é supérfluo. Todos os rasgos que contenham em si uma pontinha de ambiciosidade, que ultrapasse os limites apertados de peça da máquina societária, toda essa pequena e íntima aspiração, tudo isso não terá nome que não seja o de preversão, e como tal, dignamente reprimido por mais uma onda de impostos sobre os impostos, por mais uma restrição às restrições gerais já existentes, e até, se for necessário, e sem qualquer rebuço, chegar-se à MORTE, sob a forma caridosa de um tiro na nuca, sob a forma «Idi Amin» de esmagamento do crânio, ou sob a forma detestável de um hospital psiquiátrico.

Porque é absolutamente vital, para esse monstro que se chama CRISE, e para todos os seus serventários, que o indivíduo desapareça como indivíduo. Que as necessidades individuais desapareçam como necessidades individuais, e que chegue o dia, em que todos juntos, comunitariamente juntos, comunisticamente juntos, deixemos de pensar como Homens, e passemos a responder como carneiros!

E isto que eles querem, e é essa a estratégia deles! ..

Mais de mil refugiados fogem mensalmente do «PARAÍSO» soviético

James Carlin, subsecretário de Estado para Refugiados e a Migração, revelou que mais de mil refugiados do bloco comunista estão a fugir todos os meses para o Ocidente e que na Itália, parte desses refugiados, carentes de alojamento, aumentam de modo alarmante.

As declarações supracitadas fo-

ram feitas perante a Comissão Intergovernamental para a Migração Europeia (ICEM), com sede em Genebra, a qual já providenciou transporte para cerca de 2,2 milhões de refugiados em colaboração frequente com departamentos das Nações Unidas, desde que foi fundada em 1952.

CARTAS AO DIRETOR

Grupo Folklor de Valência (Venezuela)

Sr. Director:
Apresento-lhe as minhas cordiais saudações e felicitações pelo acerto do conteúdo do nosso semanário louletano. Ao lê-lo, muitos de nós, residentes na Venezuela, sentimo-nos mais perto da terra onde nascemos.

A presente carta serve principalmente para lhe pedir a publicação na «Voz de Loulé» da foto que envio e que representa o «Grupo Folklor de Valência», do Lar Lusitano e consta de dois grupos: Infantis e Juvenis. Estes dois grupos têm feito bastantes actuações em quase todas as cidades de Venezuela. Pelas suas bonitas danças tradicionais portuguesas, têm merecido o carinho e o aplauso de todos os Portugueses e doutras nacionalidades residenciados na Venezuela. Este grupo é dirigido pela professora sr.ª D. Juliana de Resende, que também tem sido muito aplaudida, e galardada com diplomas de honra por bem saber di-

rigir o nosso Folclore e manter bem viva uma tradição da nossa Pátria: Portugal.

Perante as suas actuações especiais sempre estão como convivas de honra os nossos Embaixador e Consul de Portugal, na Venezuela, que como todos nós, Portugueses temos o dever de manter actuante e patriótica a nossa tradição e nunca denegrir o nosso querido Portugal.

O «Grupo Folklor de Valência», envia muitos votos de êxitos aos seus compatriotas, amigos e simpatizantes, desta Venezuela, ao «Grupo Folclórico de Loulé».

Que tenham muitos êxitos! E que possam levar bem alto o nome de Loulé, a qualquer parte de Portugal, ou através dos mares.

Felicidades, rapazes!

Felicita-os uma conterrânea de Loulé,

Maria das Dores Lopes de Hilário

Valência, 6 de Novembro de 1977

Eis
o Grupo
Folklor
de Valência,
que envia
saudações
ao congénere
de Loulé



ANAIIS DO MUNICÍPIO DE FARO — ANO DE 1977

Por aí vê deferência que nos cabe assinalar e agradecer à respectiva autarquia, acabámos de receber os «Anais do Município de Faro», de 1977, n.º VII, que constituindo um notável repositório documental conglamera nesta edição vários capítulos assim distribuídos:

Secção Oficial (Câmara, Assembleias e Comissões — Relatório da Gerência de 1976 — Plano de Actividades para 1977 — Bases do Orçamento — Efemérides de 1976); Secção Cultural — CIDADE (A Cidade Macárebe de Santa Maria de Faro e o Milagre da Cantiga CLXXXIII em fontes ao Rei Sábio, pelo dr. Jaime Ferreira Alemparte (continuação) — «O Mais Representativo Monumento» da Cidade de Faro, pelo prof. Pinheiro e Rosa; Museus Municipais (Museu Antonino, pelo prof. Pinheiro e Rosa); Biblioteca Municipal (Catálogo da Exposição Comemorativa das «Bodas de Diamante», organizado pelo seu director José Pedro Machado; Pha-romensis Monuments Histórica (continuação); — Outros Estudos (Subsídios para a localização de Farobilhas, pelo eng.º Leal de Oliveira).

Como destes índices se depreende, os «Anais do Município de Faro» não se cingiram apenas ao protocolar conteúdo das actividades camarárias e eventos cívicos, abrangendo também, com menor minúcia, uma ecléti-

ca secção cultural que ocupa uma boa parte da publicação e o ilustra, primorosamente.

Pelo esmero da compilação e

pelo bom recorte e nível dos seus capítulos, endereçamos ao Município de Faro as nossas felicitações.

Mudança de mentalidades...

Salazar dizia: «Uma nova mentalidade, fará ressurgir Portugal».

Agora, com profunda tristeza, podemos dizer: «Uma nova mentalidade fará afundar Portugal».

E isto pela simples razão de cada vez se trabalha menos e que cada vez se trabalha menos e se aborretem mais de trabalhar — quase o detestando.

Já com frequência se ouve as pessoas dizer: «Quantos menos trabalhar menos pago ao Estado» e como o nosso estado actual vai «muito bem» a caminho do

socialismo, os portugueses não têm que se preocupar com o seu próprio futuro pois o Estado dará tudo a todos: salários, assistência, remédios, habitação, instrução, reforma e... a cova.

... Até já se diz, com alguma graça, que os nossos amigos espanhóis estão a construir casas com frente para a nossa fronteira, na esperança de que amanhã vão ficar com «vista para o Atlântico», logo que Portugal se afunde...

M. A.

NATAL ALGARVIO

O Grupo de Estudos Algarvios vai encerrar as suas actividades do presente ano com a realização de um espectáculo cuja direcção foi entregue ao padre José Pedro Martins, docente em Faro, onde é regente do Orfeão do Teatro Lethes.

O espectáculo, que decorrerá na noite de 28 de Dezembro, no Cine-Teatro Império, em Lagos, é patrocinado pela Câmara de Lagos e pela Comissão Regional de Turismo do Algarve.

Serão apresentados textos e cânticos genuinamente algarvios, estando convidados para participar no espectáculo o Grupo Coral de Lagos, grupos de teatro, jograis e um grupo de «charolas» de Santa Bárbara de Nexe.